

Armas, letras e virtudes: A representação da mulher em *Brasileiras célebres*, de Joaquim Norberto

letrônica

Marcela Wanglon¹**Contextualizando: condição feminina no século XIX**

Na obra *Os excluídos da História* (1988), Michelle Perrot dedica-se a examinar a situação social da mulher no século XIX. Enfatiza a autora que o referido século caracterizou-se por uma racionalidade harmoniosa da divisão sexual. A partir de Hegel e Augusto Comte, filósofos que se destacaram ainda no mesmo século, Perrot estabelece o predomínio de um discurso naturalista cujo fundamento primordial insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Nessa direção, Hegel fala da vocação natural dos dois sexos, destacando que o homem tem sua vida real e substancial no Estado, na ciência ou em qualquer outra atividade do mesmo tipo. (p.177) Para Augusto Comte, a mulher sofre de uma espécie de estado infantil contínuo, que caracteriza o sexo feminino. (p.178) Partindo desses dois pressupostos epistemológicos, Perrot assinala que aos homens era conferido o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos, restando-lhes o exercício de atividades ligadas aos núcleos de esfera privada, como a casa e a família. Assevera Perrot que no século XIX, a ação das mulheres consistia sobretudo em ordenar o poder privado, familiar e materno a que eram destinadas. (p.180) Conclui a autora que a narrativa histórica tradicional reserva pouco espaço à mulher, na medida em que privilegia a cena pública, ou seja, o aspecto social, a política, as guerras, os conflitos de ordem econômica, esferas tradicionalmente ocupadas por homens.

¹ Mestre em História da Literatura pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2007, com bolsa integral da CAPES. Atualmente, é doutoranda em Teoria Literária pela PUCRS e bolsista integral do CNPq.

Joaquim Norberto, intelectual do Romantismo brasileiro e um dos nossos primeiros historiadores da literatura, na obra *Brasileiras célebres* (1862), manifesta desvelada intenção de opor-se a essa tradição excludente e totalizadora de que nos fala Perrot.

Resta-nos, então, analisar como o autor executou o seu projeto, a fim de observar o modo pelo qual as mulheres são representadas e quais são as estratégias textuais utilizadas para apresentá-las. Esse procedimento impele-nos a analisar os critérios que presidem a escrita da obra ora analisada para, assim, discutir em que medida os juízos utilizados contribuem para erradicar o silêncio do qual, segundo Joaquim Norberto, a história brasileira se ressentente.

Brasileiras célebres: as faces de um projeto

A obra *Brasileiras célebres* não ilustra uma ação isolada de seu autor. Joaquim Norberto, na condição de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi o único membro a apresentar biografias de mulheres que se destacavam na sociedade, indicando, inclusive, o nome de uma mulher para compor o quadro de sócios do referido órgão, sugestão rechaçada pelos demais colegas.

Assim, o volume objeto do presente estudo integra um projeto do historiador que visa tornar públicas as biografias daquelas que, por algum motivo, destacaram-se, mas não receberam o reconhecimento devido. Parecem delinear-se, assim, os requisitos que presidem a seleção operada pelo historiógrafo.

Nesse sentido, já na introdução de *Brasileiras célebres*, os critérios para a escrita da obra são sublinhados por seu autor. Afirma-nos Joaquim Norberto que retratará a vida e os feitos das brasileiras ilustres do País.

O critério adotado encontra seus antecedentes em uma necessidade apontada pelo autor. Segundo Joaquim Norberto, é preciso fazer justiça, tirando do esquecimento mulheres cujas biografias guardam grandes feitos: “pede a justiça que tiremos à luz ações gloriosas, que levem ao conhecimento do mundo as senhoras que a praticaram. Elas devem ocupar o mesmo distinto lugar que ocupavam os varões afamados por letras, armas e virtudes”. (p.2)

Para o autor, não é digno de um país civilizado relegar ao esquecimento mulheres que contribuíram para a edificação da história brasileira. Apontada aquela que, segundo Joaquim Norberto, constitui uma injustiça, resta ao historiador vangloriar-se por ser precursor em seu empreendimento. Desse modo, ainda na parte introdutória da

obra em questão, Joaquim Norberto ufana-se do preenchimento da lacuna: “Era por demais sentida a falta de um livro apropriado a vossa leitura e que apresentasse em relevo as vossas patrícias merecedoras das páginas da história”. (p.3)

Observando o empenho do autor na tarefa de apresentar a vida de tantas mulheres, é possível constatar que a preocupação preliminar de Joaquim Norberto incidiu sobre a estrutura organizacional de sua obra. Sendo assim, o autor organiza as biografias por capítulos presididos pelo temário que define a natureza das ações responsáveis pelo prestígio das mulheres citadas. Os seis capítulos respeitam a seguinte ordem: “Amor e fé”, “Armas e virtudes”, “Religião e vocação”, “Gênio e glória”, “Poesia e amor” e, por fim, “Pátria e independência”. Para cada temática elencada, o autor recorta episódios da história e registra os nomes das mulheres que se destacaram.

A organização da obra em temas mostra-se produtiva, pois através dela o autor pode partir da apreciação do assunto motivador do capítulo e assim introduzir a relação do mesmo com as biografias apresentadas. Por outro lado, o autor pode incorrer no risco de alinhar biografias segundo seus critérios e as exigências de seu projeto e, então, fornecer uma representação homogênea das biografadas, sem levar em consideração a importância efetiva de uma discussão que problematize o estar-no-mundo de cada mulher mencionada. Joaquim Norberto parece mover-se no limiar das direções anteriormente referendadas, conforme revela uma breve apreciação das biografias que sua obra recupera.

Representação feminina e identidade nacional

O modo pelo qual a poeta gaúcha Delfina Benigna da Cunha, por exemplo, foi retratada por Joaquim Norberto no capítulo “Gênio e glória” instiga reflexão mais acurada sobre sua representação. O autor enfatiza a descrição dos episódios dramáticos da vida da escritora e se compraz em oferecer ao interlocutor os pormenores de seu sofrimento, em detrimento de uma apreciação mais detida acerca da importância de sua obra poética.

Assim, o autor relata, preliminarmente, o aparecimento no Brasil da epidemia conhecida pelo nome de bexigas, enfermidade que se alastrou pelo solo sul-rio-grandense, vitimando a poeta e deixando-a cega quando contava apenas vinte meses de idade. Fala-nos ainda dos transtornos pelos quais passou a poeta em virtude de sua condição e, a seguir, enfatiza a morte de seus pais e mais uma vez abre espaço para lamentar a trágica sina de Delfina Benigna da Cunha que, segundo o autor, alivia seus

pesares através da escrita. Pode-se dizer que, para o autor, a poesia de Delfina tem uma função catártica, já que ela possui em si mesma o tema de sua poesia e aproveita a escrita para suavizar o peso de sua existência: “achava na angústia de sua alma uma corda afinada pelas cordas de sua lira, e a melancolia, abraçada com a cruz que lhe oferecia o anjo da resignação, lhe inspirava a poesia que lhe lucravam a geral simpatia e despertavam a compaixão dos corações generosos”. (p.168)

Diante das considerações de Joaquim Norberto, é possível afirmar que o autor não valoriza a matéria a qual intenta apresentar. Como se sabe, Delfina foi precursora da literatura no Rio Grande do Sul, que teve como marco inicial a obra *Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses* (1834). Dessa forma, a contribuição da poeta é bastante significativa, não apenas para a formação do sistema literário sulino, mas por tratar-se de uma mulher que, apesar das condições adversas de seu contexto, conseguiu escrever e publicar sua obra.

Na premiada *História das mulheres no Brasil* (2000), organizada pela professora de História da USP, Mary Del Priore, no artigo “Escritoras, escritas, escrituras”, Norma Telles adverte que o número de mulheres escritoras no século XIX é reduzido, em razão de um contexto opressor que limitava a atuação feminina: “Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres no século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores”. (p.408)

A despeito da importância de Delfina, Joaquim Norberto parece considerar o pioneirismo da poeta como informação secundária, já que confere maior espaço aos acontecimentos de sua vida particular. Preocupado em justificar o prestígio de Delfina, descrita como uma cega que escreve, o autor deixa de fazer uma apreciação estética de sua obra e, sobretudo, de seu pioneirismo como mulher escritora no século XIX.

Outro exemplo de uma representação feminina ambígua é a descrição da guerreira Maria Úrsula de Abreu Lancastre. Segundo Joaquim Norberto, a jovem abandona a casa da família e, em 1713, parte para Lisboa, onde assenta praça de soldado no exército português sob o nome de Balthazar do Coito Cardoso. Com a identidade masculina, a brasileira foi designada para servir na guarnição da Índia Portuguesa. Por ocasião dos combates, “o soldado” destacou-se pela bravura e habilidades militares, prodígios que lhe renderam distinção heróica entre seus pares.

Ao caracterizar Maria Úrsula, Joaquim Norberto afirma que se trata de uma mulher “dotada de índole belicosa e coração valente”, que ardia “no desejo de assinalar-se nos campos de guerra”. (p.97) A descrição do historiador compele-nos a pensar que a carreira de Maria Úrsula justifica-se pela presença de um instinto guerreiro que a teria forçado a optar pela vida militar. Com tal justificativa, o autor se exime de discutir os imperativos históricos e sociais que motivaram as decisões da jovem pernambucana. A exemplo da apresentação da poeta gaúcha, tem-se uma abordagem acanhada da biografia de Maria Úrsula, pois o que preside a representação da guerreira é uma ideia de pré-destinação, muito frequente na obra analisada. É como se a escolha de ingressar na vida militar fosse anterior à própria vontade da mulher ora descrita e ela nada mais fizesse do que cumprir o seu destino.

Ao encerrar a biografia da guerreira, o autor assinala que, quando Maria Úrsula dá baixa de seu posto, troca “a vida guerreira pela pacífica”. (p.98) Esse fechamento não deixa de ser um tanto superficial. Como explicar que uma mulher caracterizada pelo instinto belicoso possa adaptar-se ao papel de esposa e contentar-se com a vida doméstica? Parece que o autor postula a carreira militar de Maria Úrsula como um meio para que ela desse vazão aos seus ímpetos de guerra que, uma vez saciados, permitem-na ter uma vida como a de todas as mulheres. Nessa medida, é possível afirmar que o autor reforça valores e modelos vigentes na sociedade do século XIX.

A despeito de muitas representações ambivalentes, em muitos momentos de sua obra, Joaquim Norberto vai além das constrações impostas pelo seu tempo e aponta, ainda que de forma tímida, a gênese dos processos de transformação da condição feminina. Pensando assim, a representação da guerreira indígena Clara Camarão é surpreendente.

Segundo o historiador, Clara Camarão inspirou e liderou um grupo de mulheres a lutarem em defesa da pátria durante a invasão holandesa: “Dona Clara Camarão empunhou as armas, incitou com o seu exemplo as senhoras de Porto Calvo, que se desalentavam em gritos de terror, e marchou a sua frente, contra os invasores holandeses”. (p.87) Diferentemente da apresentação de Maria Úrsula, em Clara Camarão, Joaquim Norberto investiga o contexto histórico da mulher biografada e quais as razões de sua luta. Sendo assim, destaca o autor que o destemor da guerreira objetiva não somente contribuir com o exército liderado pelo marido, o também guerreiro Felipe Camarão, mas responde a uma necessidade pessoal de defender a terra das mãos dos estrangeiros.

A referência idealizada acerca da relação entre a índia e a terra coaduna-se ao ideário romântico que vigia no contexto de escrita da obra produzida por Joaquim Norberto. A busca pelo fortalecimento de uma identidade nacional, capaz de asseverar a ruptura com a colônia portuguesa, vislumbrou na valoração do índio uma matriz de originalidade frente aos modelos culturais e literários europeus. Com isso, entende-se a motivação histórica que poderia ter compelido o autor a uma análise mais detida da biografia de Clara Camarão.

Por outro lado, o historiador assume posição bastante inovadora quando reclama da desvalorização do papel desempenhado pela pernambucana. Segundo o autor, a guerreira índia tomou parte em diversas lutas com o marido. Todavia, apenas seu cônjuge obteve reconhecimento, sendo homenageado pelo rei da Espanha, Felipe IV, com os títulos de dom e cavaleiro do hábito de Cristo. Daí a reivindicação de Joaquim Norberto no tocante ao espaço de reconhecimento da trajetória dessa mulher. O autor questiona também o motivo pelo qual teria sido relegada ao esquecimento, enquanto seu marido foi homenageado com títulos e agraciado com reconhecimento e festejos dignos de um grande herói. Sentencia o autor que se trata de uma injustiça, já que Clara Camarão foi tão ilustre quanto o marido ou até mesmo mais importante, se levarmos em consideração a delicadeza do sexo feminino. (p.89)

A referência ao grupo de mulheres representado pelas religiosas merece igualmente destaque. Nesse sentido, a biografia da freira Joanna Angélica, que integra o capítulo “Pátria e independência”, é sem dúvida uma das mais belas e densas representações que compõem a obra analisada.

Há uma passagem bastante sintomática das intenções do autor em relação à representação da freira, a qual introduz o modo pelo qual Joaquim Norberto irá conceber a relação entre religião, mulher e nacionalidade: “Hoje em dia é outra a missão da mulher que se vota ao Senhor, ou como disse o imperador, “Não é só rezando que se serve a Deus!” (p.117) Parece que a representação de Joanna Angélica firma-se, assim, como uma tentativa de refletir sobre a natureza de uma nova missão da mulher religiosa no século XIX, contexto de nascimento do Estado nacional brasileiro.

Conforme o procedimento adotado na descrição de Clara Camarão, o autor recupera fatos importantes da guerra de independência nacional, para contextualizar a atuação de Joanna Angélica. Assevera Norberto que, no momento histórico em que viveu a freira, o Brasil foi tomado por um sentimento de amor à pátria que se reflete igualmente nas ações da personalidade da biografada.

Relata Joaquim Norberto que, aos 21 anos, Joanna Angélica entrou para o noviciado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, em Salvador. Assinala, com entusiasmo, que a freira desenvolveu uma bela e sólida trajetória através de sua missão religiosa, na qual desempenhou as funções de escritã, mestra de noviças, conselheira, vigária e, por fim, de abadessa.

Em 1822, era a dirigente do Convento quando o General Madeira, oficial do exército português, foi nomeado comandante das armas da Bahia. Uma junta de militares brasileiros contestou a nomeação, pretextando a ilegalidade, o que deu início a um conflito histórico em Salvador. As tropas portuguesas saquearam a cidade, invadiram casas e, por fim, decidiram invadir o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, sob o pretexto de que lá estavam escondidos patriotas. Numa atitude heroica, Joanna Angélica enfrentou os soldados lusitanos no intento de proteger o convento e as irmãs. Teve o peito trespassado de baionetas. Esvaindo-se em sangue, faleceu pouco depois, tornando-se, assim, a primeira mártir da grande luta que continuaria até a definitiva libertação da Bahia, no ano seguinte.

A análise da representação de Joana Angélica permite entrever que a abordagem de sua vida fomenta uma discussão em torno do patriotismo, coragem, fé e amor terra. O historiador utiliza-se do episódio da luta entre a freira e os soldados portugueses para estabelecer uma relação maniqueísta, assentada na focalização de uma luta entre o bem e o mal.

Essa relação pode ser percebida pela presença de duas matrizes discursivas distintas. De um lado, tem-se a matriz discursiva do bem, representada por Joanna Angélica, descrita como uma mulher brasileira, indefesa, despossuída do aparato bélico com o qual contava o exército português, guiada pela fé e pelo desejo de proteger seus pares. Assim, os epítetos utilizados pelo autor para caracterizá-la perfazem um campo semântico que contribui para a idealidade da freira: anjo, caridosa, mulher de Deus, patriota, abnegada, corajosa e mártir. Em outra extremidade, observa-se a matriz discursiva do mal, simbolizada pelos soldados portugueses, caracterizados com adjetivos como grosseiros, estúpidos, desenfreados, salteadores, estupradores e debochados; o campo semântico designado aos militares lusos objetiva desprestigiá-los radicalmente.

De acordo com o que foi exposto, pode-se afirmar que a criação dessas matrizes discursivas é uma estratégia textual do autor, que visa enfatizar a heroicidade de Joanna Angélica.

Ainda no que se refere ao resgate da biografia da freira, é possível inferir que a recuperação se justifica pelo fato de que as mulheres religiosas ocupavam um importante espaço social no Brasil do século XIX, razão pela qual o autor não poderia deixar de dar visibilidade às mesmas, em sua obra.

É também na *História das mulheres no Brasil* (2000) que se encontra um artigo intitulado “Freiras no Brasil”, da professora e socióloga Maria José Salgado Nunes, o qual nos ajuda a pensar sobre a questão em pauta. Segundo a professora, no século XIX, contexto de reforma da Igreja Católica, a vida religiosa feminina sofre igualmente profundas transformações. Ao fim do período colonial, a Igreja encontrava-se desorganizada, fraca e com pouco poder político. Assinala a professora que, desde então, a Igreja desenvolve projetos específicos, dirigidos à população feminina, com o intuito de incorporá-la ao seu projeto reformador: “Criam-se associações femininas de piedade, desenvolvem-se movimentos religiosos nos quais o concurso das mulheres é fundamental”.(p.490-491)

O movimento de incorporação da mulher pela instituição católica é chamado de feminização. Para a autora do artigo, o movimento em verdade é contraditório: “Embora funcionasse na dependência direta dos bispos e sob forte controle clerical – uma das formas do controle social –, através dessas entidades as mulheres alcançavam maior presença e certo reconhecimento no espaço religioso. Numa época em que havia poucos lugares permitidos a uma “mulher de família” frequentar, essas entidades religiosas propiciavam ainda um ponto de encontro para mulheres entre si”. (p.494)

Em síntese, assinala o artigo, que as religiosas, de forma consciente ou inconsciente, aproveitavam as possibilidades que a Igreja oferecia para contribuir com o processo de emancipação feminina, “ainda que continuasse a veicular em seu discurso religioso uma visão tradicional do papel social feminino”. (p.494)

Ainda na perspectiva do temário religioso, outra representação merece ser destacada. Trata-se de Irmã Germana, religiosa que viveu entre 1782 – 1855, em Caeté/ Minas Gerais, mais precisamente na Serra da Piedade. A biografia de Germana compõe o capítulo “Religião e vocação”, o mais longo da obra, aquele que apresenta maior número de biografias. Certamente essa extensão tem seu significado.

Segundo Antonio Candido, na obra *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (2000), a religião é um dos temas principais do Romantismo que se justifica por uma necessidade de oposição à postura pagã do Neoclassicismo. Para Candido, duas perspectivas distintas podem ser destacadas em relação à religião: uma **Letrônica**, Porto Alegre v.2, n.2, p. 275, dezembro, 2009.

que privilegia a profusão de um sentimento religioso espiritualista quase panteísta; outra que manifesta a religião como fé específica, como crença e devoção. (p.17) Compreende-se, portanto, as motivações históricas do interesse de Joaquim Norberto pelo tema da religião, matéria constantemente reiterada em todos os capítulos da obra.

Não é sem razão que a presença e a importância do Cristianismo são referidos já na descrição da infância de Irmã Germana. Segundo o autor, Germana teve uma infância marcada por muitas enfermidades e por uma espiritualidade bastante distinta, caracterizada por práticas religiosas que ela se impunha, como períodos de jejum, de rezas e de retiros espirituais.

Aos 28 anos, a religiosa decidiu sair de casa na companhia de uma irmã menor e pediu a um padre de sua região para habitar uma Capela abandonada na Serra da Piedade. O momento em que Germana abandona o lar da família e vai viver na Capela marca uma tomada de postura diante da família e da sociedade, já que ela assume a religião como missão de vida. Assevera o autor que tem início uma trajetória religiosa pública de Germana, pois tudo que estiver vinculado à sua vida irá se tornar popular.

No compêndio de Norberto, Germana é descrita como uma santa, porque por mais de quarenta anos ela foi acometida por um fenômeno que a deixava em pé com os braços abertos, numa posição que lembrava a crucificação de Cristo. Segundo Joaquim Norberto, esses transes duravam em torno de 48 horas: começavam na noite de quinta para sexta-feira e terminavam na noite de sábado para domingo. Tendo em vista tais acontecimentos, o historiógrafo enfatiza que ela foi uma personalidade polêmica em seu tempo, fomentando diversas opiniões controvertidas acerca de sua vida.

Se por um lado ela mobilizou fiéis que acreditavam em seu poder mediúnico e miraculoso, por outro, as suas aparições instigaram o interesse de estudiosos e médicos, que tentavam explicar o que acontecia na Serra da Piedade, valendo-se de explicações baseadas na lógica dos ataques epiléticos.

Entre as ilustres visitas recebidas por Germana, destacam-se a dos alemães Spix e Marcius e do francês Augusto de Saint-Hilaire. Adverte Norberto que não foi possível comprovar a patologia. O juízo do autor é de que se trate verdadeiramente de uma santa.

Entende-se, assim, a importância da função que Germana exerce dentro da obra e quais as razões de seu resgate. Pode-se afirmar que, segundo o autor, o valor histórico de sua biografia reside na popularidade e no poder de mobilizar as pessoas em torno de seus feitos. Para o autor, não convém discutir a natureza dos transes; importa salientar

que se trata de uma mulher a qual, contando apenas com os fatos de sua vida, chamou atenção de todos e foi motivo de discussão por muito tempo, de certa forma, promovendo a cidade de Caeté e o estado de Minas Gerais.

Essa popularidade se dá, sobretudo, pela própria natureza das práticas religiosas de Germana. É possível constatar que ela expressou uma religiosidade um tanto difusa para os padrões de sua época, pois tinha uma orientação católica, ao mesmo tempo em que seguia os próprios desígnios.

Para o autor, a notoriedade de Germana esclarece também e justifica a grande influência que ela exerceu sobre sua comunidade, a qual pode ser observada num episódio em especial. Em determinado momento, a própria Igreja proibiu as peregrinações e fechou a Capela onde Germana morava. Nesse episódio, a comunidade posicionou-se contra a decisão da Igreja e ficou ao lado de Germana, prova da influência que ela exercia. Membros da população da Serra da Piedade foram ao Rio de Janeiro solicitar licença para que a Capela fosse reaberta. Obtida a licença, Germana retornou à Capela, onde pôde retomar seus compromissos religiosos, ou tornar público o que Joaquim Norberto nomeou “milagrosos êxtases da santa da Serra da Piedade”. (p.138)

Anos mais tarde, as autoridades julgaram prudente afastá-la novamente para acabar com as numerosas peregrinações e romarias. Entretanto, Germana não habitou por muito tempo o endereço de seu exílio, pois foi encontrada morta pouco tempo depois da mudança.

As representações de Joanna Angélica e de Irmã Germana mostram que o interesse de Joaquim Norberto pelo tema da religião certamente instiga o historiógrafo a escrever algumas das representações mais profundas de sua obra. Essas religiosas são descritas como mulheres ativas, corajosas e se destacam por atos que nos permitem observar a convergência entre os dogmas religiosos e a força dos próprios valores.

Considerações finais

No século XIX, com a independência política e o nascimento do Estado nacional brasileiro surge igualmente o imperativo de construção de uma história genuinamente brasileira. Em artigo intitulado “Nacionalismo” (1996), Maria Helena Rouanet adverte que todo processo de formação é construção, e que esta se faz através de diversos instrumentos sócio-culturais. No processo de construção da imagem da nação referido por Rouanet, a historiografia nacional e literária desempenharam função primordial, na **Letrônica**, Porto Alegre v.2, n.2, p. 277, dezembro, 2009.

medida em que objetivavam erigir a imagem da nação por meio da recuperação do passado e da história, que nos diferenciava e singularizava.

Sofrendo os imperativos de seu momento histórico e cultural, na obra *Brasileiras célebres*, Joaquim Norberto volta ao passado da nação recém-independente, almejando fornecer um retrato das brasileiras mais prestigiadas do Brasil. Portanto, ainda que não mencione de modo explícito, é possível afirmar que uma das intenções da obra é cooperar na construção da identidade nacional brasileira. Ocorre que as mulheres apresentadas pelo autor mostram-se sempre identificadas à terra brasileira e, neste sentido, o trabalho de Joaquim Norberto adquire um caráter paradigmático e pedagógico, pois as brasileiras célebres podem ser vistas como modelos a serem seguidos pelas outras mulheres.

Contudo, o objetivo principal do autor é o de contribuir para mitigar a ausência de representação feminina no discurso literário e social do século XIX. Conforme indica a breve análise de algumas das representações femininas proferidas por Joaquim Norberto, ele está menos empenhado em explorar a condição feminina no contexto oitocentista e mais preocupado com o pioneirismo de seu projeto. Sendo assim, a questão da representação feminina não está restrita apenas à presença da mulher no discurso historiográfico e literário, conforme aponta Michelle Perrot, mas diz respeito, sobretudo, à maneira como as mulheres são apresentadas.

Desse modo, é possível afirmar que a obra *Brasileiras célebres* possui um caráter intervalar, na medida em que reforça muitos valores do sistema vigente, mas igualmente se distancia do modelo de representação da mulher próprio do século XIX. Nesse sentido, é importante destacar que *Brasileiras célebres* precisa ser analisada à luz de seu contexto histórico de escrita, pois é produto das exigências de seu momento histórico e político, razão pela qual difundia os valores de seu tempo. Por outro lado, é possível afirmar que, em muitos momentos, o autor vai além das restrições que o contexto social lhe impunha.

Ao apresentar a vida de mulheres que refutam as circunscrições impostas pelo contexto em que se encontravam, especialmente quando apresenta a biografia das religiosas e da guerreira Clara Camarão, o autor denota uma nova postura a ser assumida pela mulher e por aqueles que pretendem representá-la.

Brasileiras célebres mostra um Brasil recém-independente, que almeja construir-se, razão pela qual se firma como obra de grande relevância para a história política, social e cultural do País, tanto por recuperar episódios importantes da formação

do estado quanto por resgatar a biografia daquelas que ajudaram a edificar os pilares da nação brasileira, pois segundo as palavras do próprio autor, “*Na confecção d`este livro so tive em vista apresentar-vos este ramalhete de flores colhidas em nosso jardimoso payz. (...) escrevi-o sentindo arder-me no puro amor da pátria, tendo por culto a verdade e por único livre o Brasil!*” (p.6)

Referências

ADET, Emílio e SILVA, Joaquim Norberto Pereira da. Introdução sobre a literatura nacional. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (org). *Poesias*: Delfina Benigna da Cunha. Porto Alegre: IEL, 2001.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1971.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Porto Alegre: Lima, 1968.

JOBIM, José Luis. *Literatura e identidade*. Rio de Janeiro: J. L. J. S. Fonseca, 1999.

SILVA, João Manuel Pereira da. Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Brasileiras célebres*. Brasília: Senado Federal, 1997.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Crítica reunida: 1850 –1892*/Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

ROCHA, João Cezar de Castro. *História*. In: JOBIM, José Luís. Introdução ao Romantismo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ROUANET, Maria. *Nacionalismo*. In: JOBIM, José Luís. Introdução ao Romantismo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; BRASIL, Luiz Antônio de Assis (org). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

ZILBERMAN, Regina. *Temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

Recebido em: 10/08/2009

Aprovado em: 20/11/2009

Contato: marcela.richter@acad.pucrs.br